

Geração e distribuição de riqueza em entidades sem fins lucrativos de assistência social de Blumenau

doi: 10.4025/enfoque.v32i2.16714

Loriberto Starosky Filho

Mestre em Ciências Contábeis
Centro Universitário de Brusque – UNIFEBS
prof.loriberto@gmail.com

Cristian Baú Dal Magro

Mestre em Ciências Contábeis
Faculdade Empresarial de Chapecó – UCEFF FACULDADES
crisbau@uceff.edu.br

Patrícia Siqueira Varela

Pós-doutora em Administração Pública e Governo
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP
Escola Paulista de Política, Economia e Negócios
psvarela@unifesp.br

Jorge Ribeiro Toledo Filho

Doutor em Ciências Contábeis
Universidade Regional de Blumenau – FURB
jritoledo@usp.br

Recebido em: 08.04.2012

Aceito em: 10.04.2013

2ª versão aceita em: 30.04.2013

RESUMO

As entidades sem fins lucrativos (ESFL) existem em todas as partes do mundo e exercem um papel importante na economia das sociedades. Elas não visam o lucro e surgiram para desenvolver ações voltadas para aspectos sociais. O objetivo principal da pesquisa é verificar de que forma a riqueza é gerada e distribuída pelas ESFL que estão inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social na cidade de Blumenau. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa, descritiva e documental, baseada na análise das demonstrações contábeis publicadas de uma amostra composta de 19 ESFL de assistência social. Os resultados apontaram que: a) a maioria depende de recursos provenientes de subvenções sociais, convênios e doações para manutenção das atividades. b) o valor adicionado distribuído representa mais de 50% da receita total em um grande número de instituições. c) na maioria delas, a maior fatia da distribuição de riqueza foi direcionada à remuneração dos trabalhadores e d) um baixo percentual de distribuição da riqueza aos financiadores e ao governo. De maneira geral, a maioria das entidades apresentou um percentual de retenção próprio muito baixo, pelo fato das mesmas não buscarem lucros, pois seus objetivos estão relacionados às atividades de atendimento social. Conclui-se que a maior parte da riqueza gerada pelas ESFL é distribuída ao atendimento das atividades sociais.

Palavras-Chave: Entidades sem fins lucrativos. Demonstração do valor adicionado. Distribuição de riqueza.

Generation and distribution of wealth in Blumenau non-profit social service

ABSTRACT

Non-profit organizations exist all over the world and they have an important role to the economy. These are not aimed at profits and they appeared to develop initiatives of social aspects. The main goal of this research is to check how the wealth is generated and distributed by the non-profits that are enrolled in the Welfare Assistance Council in Blumenau city. This data was gotten through a qualitative, descriptive and documentary research based on analysis of published financial statements of a sample consisting of nineteen non-profit Welfare Assistance Organizations. The results showed that: a) To maintain their activities most institutions rely on resources coming from social grants, partnerships and donations; b) The added value distributed represents more than fifty percent of the total proceeds in a large number of institutions; c) in most organizations the biggest share of the wealth distribution was used to the workers payment; d) a low percentage of the wealth is to lenders and government. As

a general rule, most organizations presented a very low rate of retentions for themselves because they do not seek profits. Their goals are related to social services activities.

Keywords: *Non-profit organizations. Statement of added value. Distribution of wealth.*

1 INTRODUÇÃO

As organizações sem fins lucrativos existem em todas as partes do mundo. Para Hudson (1999, p.11) elas são “parte fundamental das economias que estão em desenvolvimento”. Estas organizações são também conhecidas como terceiro setor.

O terceiro setor surgiu para minimizar fatores de desigualdade econômica e social, “desenvolvendo ações na busca pela cidadania, preservação do meio ambiente, respeito aos direitos humanos e assistência social” (OLIVEIRA, 2007, p.29).

Uma característica do terceiro setor é a possibilidade de firmar convênios e parcerias com os demais setores econômicos, com o objetivo de receber investimentos para desenvolver atividades em favor da sociedade (OLIVEIRA, 2007). Para Oliveira (2007), este terceiro setor é constituído por organizações que não visam o lucro e que tem suas ações voltadas para aspectos sociais. Essas organizações têm papel importante no contexto internacional. E no entendimento de Drucker (1994), elas são agentes de mudança do ser humano e da sociedade em que estão inseridas.

As organizações ou entidades sem fins lucrativos (ESFL) representam, no Brasil e no mundo, “um conjunto de associações e organizações livres, independentes do Estado, mas que tem comunicação e laços com o campo público e com os componentes sociais” (ALBUQUERQUE, 2006, p.19). As ESFL acabam realizando atividades para a sociedade que o Estado não consegue suprir, nas áreas da saúde, educação, assistência social, e áreas afins, como esporte, cultura, lazer e meio ambiente.

Para prestar esses serviços de natureza pública, as ESFL recebem do Estado apoio e

financiamento das atividades, classificados, segundo Albuquerque (2006) em auxílios, contribuições, subvenções, entre outros.

Algumas sugestões de evidenciação das atividades das ESFL são indicadas por Fregonesi (2009, p.7), como o “Relatório de Impactos Ambientais (RIMA), o Estudo de Impactos Ambientais (EIA), relatórios sociais ou o Balanço Social, que tem como elemento a Demonstração do Valor Adicionado – DVA”.

Um modelo de Demonstração de Valor Adicionado já vinha sendo sugerido pelos pesquisadores da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPCAFI) desde o início dos anos 90. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) já fazia menção ao demonstrativo em 1992, através do Parecer de Orientação CVM nº 24 de 15/01/1992.

Assim, este demonstrativo vinha sendo utilizado pelas organizações de forma voluntária. Com o advento da Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007, foi inserida a obrigatoriedade de divulgação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA para todas as empresas de capital aberto, como um instrumento de evidenciação da geração e distribuição de riqueza.

Da mesma maneira, como as organizações que visam o lucro estão sujeitas a evidenciar sua responsabilidade perante a sociedade, as ESFL também precisam fazê-lo. Com base no exposto elaborou-se a seguinte pergunta da pesquisa: Como é gerada e distribuída a riqueza pelas entidades sem fins lucrativos ligadas a atividades de assistência social localizadas na cidade de Blumenau?

O estudo da DVA é justificado porque embora as ESFL não distribuam riqueza a sócios quotistas,

contribuem para distribuição e geração de riqueza a inúmeras pessoas, que neste caso é a própria sociedade.

A partir dos conceitos relacionados à DVA, tem-se como objetivo principal verificar de que forma a riqueza é gerada e distribuída pelas entidades sem fins lucrativos que estão inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social na cidade de Blumenau.

Para atingir o objetivo geral, os objetivos específicos são: i) caracterizar as organizações selecionadas; ii) comparar as DVA's das organizações selecionadas; iii) explicar as possíveis diferenças evidenciadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Pretende-se, nesta seção, abordar os temas que fundamentam este trabalho, especialmente os conceitos relacionados às Entidades Sem Fins Lucrativos e a evidênciação de Informações Sociais, dentre as quais se destaca a Demonstração do Valor Adicionado.

2.1 ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

Historicamente, muitas das instituições que hoje compõem o chamado Terceiro Setor no Brasil, tiveram sua origem na Igreja Católica, identificadas por valores de caridade cristã. Há 4 séculos, havia uma simbiose na relação entre a igreja e o Estado, em que um dependia do outro (COELHO, 2002).

Fischer (2002, p. 47) enfatiza que “[...] as entidades do Terceiro Setor datam do período colonial. Confrarias e irmandades são exemplos de associativismo nesse período, tais como as Irmandades de Misericórdia, responsáveis pelas Santas Casas espalhadas pelo país”.

No entanto, no período pós-colonial, com o rompimento entre a igreja e o Estado, e a proibição de subvenções governamentais aos templos e à educação religiosa, houve a necessidade de se buscar uma ação mais efetiva na área social.

Os avanços das ESFL também ocorreram na esfera legal, onde a Constituição Federal Brasileira de 1988 ampliou os direitos sociais da população. No contexto da reforma do aparelho do Estado e com o objetivo de fortalecer o terceiro setor foi criada a Lei 9.790/99, também conhecida como Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Tal lei estabeleceu a possibilidade de realização de parcerias para prestação de serviços em determinadas áreas sociais entre o Estado e as ESFLs, sendo estas consideradas capazes de gerir projetos sociais e prestar serviços à população, com financiamento oriundo do Estado.

Nunes (2006, p. 25) define o terceiro setor como “[...] um conjunto de organizações de origem privada, dotadas de autonomia, administração própria e finalidade não lucrativa, cujo objetivo é promover o bem-estar social através de ações assistenciais, culturais e de promoção da cidadania.”

A sociedade deve estar comprometida com o bem-estar coletivo e, segundo Salamon (1998), as pessoas estão formando associações, fundações e instituições para sanar as deficiências deixadas pelo Estado. Estas entidades vêm sendo constituídas com o objetivo de prestar serviços, defender os direitos do bem comum, promover o desenvolvimento econômico e sustentável e preservar o meio ambiente, dentre outros diversos serviços em que o estado não disponibiliza para a sociedade.

Sob esta ótica, a ESFL serve como instrumento de melhoria na qualidade de vida da sociedade, como afirma Drucker (1994, p. 3), “[...] a organização sem fins lucrativos existe para provocar mudanças nos indivíduos e na sociedade”.

Para o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) (2004, p.31), o Terceiro Setor apresenta algumas características específicas, como:

[...] a promoção de ações voltadas para o bem estar comum da coletividade; a manutenção de finalidades não-lucrativas; atividades financiadas por

subvenções do Primeiro Setor (governamental) e doações do Segundo Setor (empresarial, de fins econômicos) e de particulares; a aplicação do resultado das atividades econômicas que porventura exerça nos fins sociais a que se destina; e desde que cumpra requisitos específicos, é fomentado por renúncia fiscal do Estado.

A sociedade espera que ações efetivas desenvolvidas pelas entidades sem fins lucrativos venham suprir as necessidades deixadas pelo Estado. O desempenho, a credibilidade e o trabalho vêm ao encontro do que a sociedade espera. Marcovitch (1997, p. 121) comenta que "[...] por desempenhar função de interesse público, espera-se que a organização do terceiro setor cultive a transparência quanto ao seu portfólio de projetos e, também, quanto aos resultados obtidos e os recursos alocados [...]".

As ESFL possuem características próprias, se comparadas aos outros setores, Estado e mercado. Para Hudson (1999, p.17), uma das formas de geração de riqueza no terceiro setor ocorre da seguinte forma "[...] doadores dão dinheiro para financiar projetos das ESFL, e estas por sua vez, possuem um conselho de administração não remunerado que gerencia estes recursos, para serem aplicados da melhor maneira". Outras fontes principais de financiamento seriam aquelas advindas do Estado e da exploração de atividades próprias.

É importante que as ESFL apresentem para a sociedade sua geração e distribuição de riqueza por meio da Demonstração do Valor Adicionado, proporcionando credibilidade e transparência às suas ações.

2.2 EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS

As informações sociais devem ser relevantes, confiáveis, passíveis de comparação, e fiéis na representação. Para Aquino e Santana (1992, p.1), "[...] evidenciação significa divulgação com clareza, divulgação em que se compreende de imediato o que está sendo comunicado". Para Gaa (2009), a divulgação deve ser fiel, completa,

neutra e livre de erros materiais, para evitar prejuízo à compreensão das partes interessadas.

O tema da evidenciação ou divulgação começou a ter ênfase nos últimos anos, pela discussão do assunto governança corporativa que busca maior proteção aos direitos dos investidores. Neste sentido, a divulgação, também denominada de *disclosure* voluntário dos relatórios financeiros por parte das organizações acaba sendo um mecanismo de monitoramento da administração pelos acionistas externos.

A divulgação de informações contábeis aumenta o nível de confiabilidade na medida em que provê os usuários com informações úteis, além de diminuir o grau de incerteza dos investidores a respeito dos resultados futuros da organização. Quinteiro (2004, p. 1) afirma que "[...] a evidenciação de informações contábeis relevantes reduz a assimetria de informações e, conseqüentemente, o risco de os investidores cometerem erros em suas decisões".

Percebe-se que o *disclosure* é utilizado pelas empresas com finalidade lucrativa como uma estratégia para serem avaliadas de forma mais adequada, além de manter o bom relacionamento com o mercado. Nas ESFL não deve ser diferente. Olak e Nascimento (2008, p. 69) destacam que "as ESFL devem cumprir as exigências legais sobre os procedimentos contábeis, especialmente aquelas que recebem recursos governamentais".

Reforçando a importância da transparência nas evidenciações, ou a *accountability*, Procianoy e Rocha (2002, p. 2) citam que: "[...] as decisões de investimento são tomadas pelos investidores de acordo com a quantidade e qualidade de informações a respeito das empresas disponíveis a eles e ao mercado financeiro como um todo". Além da transparência, é necessário que essas informações possam atender a todos os usuários.

Para Resende (2006, p.137), a transparência e visibilidade das informações das ESFL devem contemplar um "número maior de atores, tais como empregados, fornecedores, beneficiários dos programas, parceiros institucionais,

financiadores dos programas, investidores sociais, comunidade e sociedade”.

Vasconcelos e Viana (2002, p. 28) lembram que, “[...] atualmente, a informação é tratada como mais um recurso que a organização disponibiliza e, sendo assim, deve ser tratada como um investimento e não como despesa, pois seus benefícios somente se converterão ao longo do tempo”.

Resende (2006, p.138) destaca ainda que “as ESFL devem exercer a *accountability*, com o fim de permitir aos interessados conhecer seus objetivos, sua missão, seu público-alvo, as origens e destinos dos recursos, além de evidenciar os resultados alcançados”.

As informações relativas aos recursos humanos, a responsabilidade social e ao meio ambiente vinham sendo evidenciadas voluntariamente pelas empresas e a partir da vigência da Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007, as companhias de capital aberto passaram a divulgar de forma obrigatória o Demonstrativo de Valor Adicionado (DVA), uma demonstração de cunho social.

Mazzioni (2005, p. 14) comenta que “[...] as informações tradicionais ofertadas pela contabilidade tornaram-se insuficientes para a prestação de contas das atividades das entidades junto à sociedade”. Assim, era preciso ter uma demonstração que fosse capaz de evidenciar a relação da entidade para com a sociedade, e toda a cadeia de relacionamentos, incluindo os seus próprios usuários.

A DVA é um componente das Demonstrações Financeiras e do Balanço Social que, segundo Tinoco (1984, p. 10), “[...] é um instrumento de gestão e de informação que visa reportar informações de cunho econômico e social, do que aconteceu e acontece na entidade, aos mais diferenciados usuários [...]”. O autor ainda afirma que a publicação da DVA, mesmo desvinculada do Balanço Social, enriquece a informação contábil, tornando-se relevante para os que se dedicam a analisar balanços.

Com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), foi aprovado em 2008 o pronunciamento contábil nº 09, que apresenta a DVA como um demonstrativo que fornece informações sobre a situação econômica e social das empresas aos usuários e investidores. Assim, apesar de não ser de divulgação obrigatória para as entidades do Terceiro Setor, conforme normas brasileiras de contabilidade, a DVA pode ser utilizada como um instrumento de transparência para as ações desenvolvidas pelas ESFL.

Diante das práticas de responsabilidade social, Carroll (1979) afirma que as empresas devem atender as perspectivas econômicas, jurídicas, éticas e filantrópicas que a sociedade tem, sendo que as empresas são responsáveis perante a sociedade.

De acordo com Iudícibus, Martins e Gelbcke (2003, p. 33), a demonstração do valor adicionado “[...] objetiva evidenciar a contribuição da empresa para o desenvolvimento econômico-social da região onde está instalada. Discrimina o que a empresa agrega de riqueza à economia local e, em seguida, a forma como distribui a riqueza”.

Para Consenza (2003, p.10), a DVA “[...] é a demonstração contábil que divulga a geração de valor produzido pela própria empresa, mediante suas próprias atividades, e a retribuição aos componentes econômicos que formaram esse valor adicionado”.

Consenza e Kroetz (2003, p. 05) também definem que a DVA “[...] é a demonstração contábil que divulga a geração de valor produzido pela própria empresa, mediante sua própria atividade e a redistribuição aos componentes econômicos que formaram esse valor adicionado”.

A DVA existe para verificar como foi distribuída a riqueza gerada por certa entidade, sendo salientada por Santos (2003) como um componente criado pela contabilidade para auxiliar na divulgação da distribuição da riqueza pelas entidades.

Consenza e Kroetz (2003) enfatizam que a DVA é uma ferramenta utilizada para análise das atividades e a remuneração das partes envolvidas, visando comparar a distribuição da riqueza nas entidades.

Além de identificar a riqueza gerada pela entidade, a DVA também evidencia a riqueza recebida em transferência (CUNHA, 2002), bem como demonstra como ela foi distribuída aos beneficiários: empregados, governos, financiadores externos, acionistas. Consenza (2003) explica que a parcela não distribuída e a depreciação são destinadas ao autofinanciamento da atividade econômica da empresa.

Cada elemento divulgado no contexto de geração e distribuição de riqueza deve observar, no mínimo, algumas informações. Com base no CPC 09 e nas orientações do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), foi estruturado um modelo de DVA, que foi utilizado como método para alcançar os objetivos desta pesquisa, conforme Quadro 1.

Observa-se que a estrutura da DVA demonstrada

no Quadro 1 apresenta em primeiro lugar a evidenciação sobre a formação da riqueza e em segundo lugar, de que forma é distribuída a riqueza.

Finalizando, Santos (2003, p. 35) vislumbra que a DVA “[...] deve ser entendida como a forma mais competente criada pela Contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição de riqueza de uma entidade”.

Estudos anteriores abordaram a aplicação da DVA como um instrumento de evidenciação de informações econômicas e sociais pelas empresas do Terceiro Setor, conforme detalhado no Quadro 2.

Ao analisar os estudos empíricos acerca do assunto, verificou-se que todos aplicaram a Demonstração do Valor Adicionado como instrumento para análise da geração e distribuição de riqueza nas entidades sem fins lucrativos. Observou-se que a Demonstração do Valor Adicionado é um instrumento que auxilia a gestão no aumento da transparência dos gastos e dos resultados obtidos.

Demonstração De Valor Adicionado – DVA	
1 – Receitas	8 – Valor Adicionado Total a Distribuir (=)
1.1 Receitas com vendas ou prestação de serviços	8.1 – Remuneração do Trabalho das Atividades (-)
1.2 Outras receitas operacionais	Salários e Encargos
1.3 Receitas não-operacionais	Salários da Diretoria
2 – Custos dos materiais/serviços adquiridos de terceiros (-)	8.2 - Financiadores (-)
2.1 Materiais consumidos	Encargos financeiros (despesas)
2.2 Outros custos de produtos e serviços vendidos	Aluguéis Pagos
2.3 Materiais, energia, água, luz, comunicação, diárias e outros	8.3 - Governo (-)
2.4 Serviços de terceiros	Impostos, Taxas e Contribuições
2.5 Outras despesas	8.4 - Doações (-)
3 - Perda e recuperação de valores de ativos (-)	Despesas com doações
3.1 Custos de Ativo vendido e baixado	8.5 - Despesas com atividades filantrópicas (-)
4 - Valor Adicionado Bruto (1-2-3) (=)	Assistência Social (Projetos, Programas e Ações Sociais)
5 – Retenções (-)	8.6 - Bolsas de Estudo (-)
5.1 Depreciação, Amortização, Exaustão	Bolsas de Estudo
6 - Valor Adicionado Líquido produzido pela entidade (=)	8.7 - Provisão para IR e CS (-)
7-Valor Adicionado Recebido em Transferência (+)	Provisão IR e CS e outras provisões
7.1 Receitas financeiras	8.8 - Superávit/déficit do exercício (=)
7.2 Subvenções	
7.3 Doações recebidas	

Quadro 1 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Fonte: Adaptado CPC 09 e modelo IBASE (2011).

Referência	Breve comentário sobre o estudo
SANTOS et al. (2008)	O trabalho propôs a aplicação da DVA em uma Instituição do Terceiro Setor de Minas Gerais com a finalidade de mostrar o processo de formação e distribuição do resultado em instituições sem fins lucrativos. O modelo foi aplicado na Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP), entidade sem fins lucrativos de apoio ao ensino e pesquisa na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Constatou-se que essa demonstração contribuiu para explicar a geração de valor obtida pela fundação e, principalmente, colaborar para o aumento da transparência da gestão e a sustentabilidade da entidade.
MAZZIONI (2005)	Aplicação da DVA na Fundação Universitária de Desenvolvimento do Oeste - FUNDESTE, anos 2001 a 2003, concluindo que: receitas cresceram, mas os custos de materiais e serviços também cresceram. Na distribuição do valor adicionado total, a maior participação foi na remuneração de pessoal, seguida das atividades filantrópicas. Constatou-se que as receitas próprias serviram para manutenção da entidade.
BETTIOL (2005)	Procurou estudar como era a formação e a distribuição de riqueza na Fundação Vanzolini, que utiliza a exploração de atividades comerciais e/ou prestação de serviços como forma de obtenção de recursos para financiamento de suas atividades fins. O estudo constatou que as percepções de diretores, conselheiros e gerentes em relação à formação do resultado da entidade encontravam-se divididas, ou seja, alguns enxergavam o resultado como decorrente das receitas subtraídas as despesas, enquanto outros se preocupavam em demonstrar os resultados da atividade institucional. Para minimizar essas diferentes percepções, o estudo sugeriu a utilização da DVA adaptada para atender às especificidades do terceiro setor.

Quadro 2 - Estudos empíricos sobre o assunto.

Fonte: Elaborado pelos autores.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa, em relação aos seus objetivos, podem ser classificados como descritivos, pois segundo Gil (1999) o objetivo primordial é descrever as características de uma determinada população.

O procedimento adotado para a coleta de dados foi pela pesquisa documental. Marconi e Lakatos (2002, p. 63) relatam que “[...] a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escrita ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”.

Quanto à abordagem, a pesquisa será qualitativa, pois foram coletados e analisados por meio de leitura e interpretação os demonstrativos contábeis divulgados pelas entidades com o objetivo de construir a DVA, para ao final identificar a geração e distribuição da riqueza gerada pelas entidades.

A população objeto do estudo compreendeu 39 entidades sem fins lucrativos de assistência social, que estão localizadas no município de Blumenau/SC, e que possuem inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social, segundo pesquisa realizada no sítio da

Secretaria de Assistência Social do Município de Blumenau em 18 de maio de 2011.

Para realização da pesquisa descritiva e documental, foram coletados os demonstrativos contábeis, ou seja, balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, ambos publicados pelas entidades referentes ao exercício de 2009 e disponível no sítio eletrônico do Ministério da Justiça (BRASIL, 2011). A partir dos dados coletados, foi elaborada a DVA para as entidades sem fins lucrativos como base para coleta e análise dos dados.

Das 39 entidades selecionadas para o estudo, 19 publicaram seus demonstrativos contábeis no sítio eletrônico do Ministério da Justiça. Assim, a amostra para esta pesquisa foi composta pelas entidades listadas no Quadro 3.

Procedeu-se a elaboração das Demonstrações de Valor Adicionado das entidades selecionadas, a partir dos dados coletados nos demonstrativos contábeis divulgados por elas, observando os itens de divulgação da DVA como descritos no Quadro 1, e utilizando-se de planilhas Excel para a montagem das mesmas, e posterior análise dos resultados.

Nº	Entidades da Amostra	Atividade da entidade
1	União Cristã Bom Amigo – Associação Social e Educacional	Assistencial e educacional
2	Associação de Pais e Amigos de Crianças de Neoplasia	Assistencial
3	Cruz Azul no Brasil	Assistencial
4	Centro de Recuperação Nova Esperança – Cerene	Assistencial
5	Sociedade Hospitalar Misericórdia	Assistencial
6	Centro de Valorização da Vida – CVV	Assistencial
7	Amiguinho Feliz Centro Educacional	Educacional
8	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE Blumenau	Assistencial e educacional
9	Associação Blumenauense de Amparo ao Menor – Abam	Assistencial
10	Sociedade Beneficente Arnoldo Hadlich	Educacional
11	Promenor	Assistencial
12	Associação Blumenauense de Deficientes Físicos – Abludef	Assistencial
13	Associação dos Fissurados do Vale do Itajaí - Afisvale	Assistencial
14	Associação Renal Vida	Assistencial
15	Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos - Abada	Assistencial
16	ONG São Roque	Assistencial e educacional
17	Fundação Hospitalar Blumenau – HSA	Assistencial
18	Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo	Assistencial
19	Hospital Santa Catarina – HSC	Assistencial

Quadro 3 - Seleção da amostra.

Fonte: Dados da pesquisa.

A seção seguinte apresenta os dados encontrados, e uma análise dos seus números.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A DVA é utilizada para prover os usuários com informações de âmbito econômico e social, demonstrando o valor de riqueza gerado por uma entidade durante um determinado período de tempo, bem como sua distribuição.

A partir das DVAs elaboradas com base nas demonstrações contábeis das ESFLs, foram extraídas informações para procurar caracterizar a geração de riqueza de tais entidades, identificando qual a sua origem, se ela é proveniente de receita própria (a partir da prestação de serviços ou comercialização de algum produto) ou se a origem se dá por transferências, segregadas por receitas financeiras, subvenções sociais ou convênios e doações recebidas.

A Tabela 1 foi elaborada para descrever como a riqueza foi gerada pelas ESFLs, por meio da apresentação das receitas próprias que provem da prestação de serviços ou comercialização de algum produto. Sendo também indicados os valores recebidos em transferências segregadas por receitas financeiras, subvenções sociais,

convênios e doações recebidas. Por fim, a receita total que é a soma das receitas próprias e do valor recebido em transferência também foi apresentada. Analisando os dados da Tabela 1, percebe-se que das entidades pesquisadas, 10 delas, ou 53%, dependem de recursos provenientes de transferências. Sendo importante salientar que 50% recebem maior parte de seus recursos por meio de subvenções sociais e convênio e 50% por meio de doações recebidas.

Das entidades pesquisadas destaca-se que 8 entidades demonstraram um percentual que varia entre 78% a 100% da sua receita proveniente de transferências.

Os dados apresentados confirmam a afirmação de Hudson (1999) de que a geração de riqueza de muitas entidades do terceiro setor ocorre por meio de doações e subvenções para financiar seus projetos.

Com base nos dados apresentados, percebe-se que as ESFLs objetos deste estudo se diferenciam em relação a de outros países quanto às receitas decorrentes de doações recebidas. Isso pode ser confirmado pelo estudo de Salamon (1997, p. 95) que pesquisou as ESFLs dos Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Itália, Hungria e Japão, cujos resultados sinalizam que:

No todo as doações caritativas estão longe de representar a fonte principal de apoio ao Terceiro Setor nos seis países examinados. Não é sequer a segunda. A fonte principal de apoio são as taxas e os encargos sobre serviços, que representam 47% da renda nesses países. A segunda mais importante fonte de apoio é o governo, que entra

com 43%. As doações particulares, ao contrário, não passam de 10%.

A Tabela 2 foi elaborada para demonstrar de forma resumida o montante total do valor adicionado a ser distribuído entre os elementos componentes da organização.

Tabela 1 - Perfil das Fontes de Receitas – Entidades sem fins Lucrativos de Assistência Social de Blumenau - 2009.

ESFL	Receita Total	%	Receita Própria		Valor Adicionado Recebido em Transferência				
			Total Receita Própria	%	Receitas Financeiras	Subv. Sociais/Convênios	Doações recebidas	Total Rec. Transf.	%
1	1.795.123,85	100%	1.276.333,14	71%	7.141,98	166.672,29	344.976,44	518.790,71	29%
2	264.836,68	100%	187.986,65	71%	6.416,35	7.117,25	63.316,43	76.850,03	29%
3	990.351,67	100%	174.251,00	18%	31.749,58	142.624,50	641.726,59	816.100,67	82%
4	3.274.205,00	100%	1.426.096,00	44%	59.081,00	778.195,00	1.010.833,00	1.848.109,00	56%
5	2.316.656,97	100%	1.664.089,71	72%	8.313,72	0,00	644.253,54	652.567,26	28%
6	42.253,80	100%	1.528,90	4%	2.539,16	0,00	38.185,74	40.724,90	96%
7	590.644,03	100%	8.166,74	1%	275,62	245.480,96	336.720,71	582.477,29	99%
8	3.677.745,72	100%	678.315,30	18%	30.134,46	2.154.343,89	814.952,07	2.999.430,42	82%
9	964.082,33	100%	8.995,00	1%	553,80	521.611,94	432.921,59	955.087,33	99%
10	451.999,78	100%	228.277,56	51%	1.288,38	204.131,10	18.302,74	223.722,22	49%
11	92.078,81	100%	20.000,00	22%	0,00	0,00	72.078,81	72.078,81	78%
12	1.710.924,05	100%	1.449.918,17	85%	799,47	234.194,86	26.011,55	261.005,88	15%
13	2.008.274,40	100%	1.955.289,00	97%	52.985,40	0,00	0,00	52.985,40	3%
14	10.961.689,22	100%	9.575.394,70	87%	0,00	0,00	1.386.294,52	1.386.294,52	13%
15	819.488,32	100%	75.582,53	9%	1.769,94	742.135,85	0,00	743.905,79	91%
16	1.055.529,49	100%	52.951,96	5%	298,20	768.264,04	234.015,29	1.002.577,53	95%
17	38.078.354,57	100%	27.680.535,15	73%	246.651,08	9.374.164,17	777.004,17	10.397.819,42	27%
18	192.531,59	100%	0,00	0%	0,00	55.722,30	136.809,29	192.531,59	100%
19	71.837.399,00	100%	71.463.501,00	99%	23.324,00	0,00	350.574,00	373.898,00	1%
Média	7.427.587,00		6.206.695,00	44%	24.911,00	810.245,00	385.735,00	1.220.891,00	56%

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 2 - Valor Adicionado – Entidades sem fins Lucrativos de Assistência Social de Blumenau – 2009.

Entidade	Receita Total	Custos dos materiais e serviços adquiridos de terceiros	Valor Adicionado a Distribuir	% Valor a distribuir em relação à receita total
1	1.795.123,85	(474.209,38)	1.320.914,47	73,81
2	264.836,68	(96.105,86)	168.730,82	63,71
3	990.351,67	(436.554,70)	553.796,97	55,92
4	3.274.205,00	(1.668.367,00)	1.605.838,00	49,05
5	2.316.656,97	(1.397.850,91)	918.806,06	39,66
6	42.253,80	(33.243,93)	9.009,87	21,32
7	590.644,03	(91.249,49)	499.394,54	84,55
8	3.677.745,72	(476.540,69)	3.201.205,03	87,04
9	964.082,33	(370.144,93)	593.937,40	61,61
10	451.999,78	(189.580,24)	262.419,54	58,06
11	92.078,81	(110.423,11)	(18.344,30)	(19,92)
12	1.710.924,05	(1.035.353,34)	675.570,71	39,49
13	2.008.274,40	(1.170.375,48)	837.898,92	41,72
14	10.961.689,22	(6.685.128,67)	4.276.560,55	39,01
15	819.488,32	(585.326,72)	234.161,60	28,57
16	1.055.529,49	(357.075,89)	698.453,60	66,17
17	38.078.354,57	(11.976.773,34)	26.101.581,23	68,55
18	192.531,59	(181.065,41)	11.466,18	5,96
19	71.837.399,00	(34.141.544,00)	37.695.855,00	52,19

Fonte: Dados da pesquisa.

Para composição dos dados, foram deduzidos os valores relativos aos insumos utilizados para geração da receita, ou seja, os custos dos materiais e serviços adquiridos de terceiros, tais

como materiais consumidos, energia, luz, água, comunicação, serviços de terceiros, extraídos das demonstrações financeiras. Salienta-se que estes valores são aproximados, pois nem todas as entidades possuem estes custos abertos na demonstração.

Percebeu-se que a entidade nº 11 apresentou valor adicionado negativo, ou seja, a riqueza gerada não foi suficiente para cobrir os insumos adquiridos de terceiros e alguns outros custos e despesas operacionais. Assim, não foram utilizados os dados da entidade nº 11 para análise neste estudo.

Por meio da análise da DVA, foi elaborada a Tabela 3, que demonstra como e para quem foram distribuídas as riquezas geradas pelas entidades.

Pela análise da Tabela 3, fica evidente que mesmo as entidades contando com o trabalho voluntário, a maior fatia de distribuição de riqueza está relacionada ao pagamento da remuneração dos trabalhadores. Das entidades

pesquisadas, 13 apresentaram um percentual entre 51% a 96% da distribuição de riqueza relacionada ao pagamento da remuneração dos trabalhadores. Destaca-se que 4 entidades não distribuíram seus recursos gerados à remuneração dos trabalhadores.

Em relação aos financiadores, ou seja, encargos financeiros e aluguéis pagos, percebeu-se que 3 entidades, distribuíram percentuais entre 13% a 26% do total da riqueza gerada aos mesmos. Observou-se que das 18 entidades pesquisadas apenas uma não distribuiu recursos aos financiadores.

Observou-se que a entidade nº 3 apresentou maior índice em relação a distribuição dos recursos gerados ao governo, com 5,73%. Em contrapartida, 26% das entidades analisadas não apresentaram distribuição de recursos ao governo. Desta forma, Ferrarezi (2001) afirma que esse resultado corrobora com o fato das entidades de utilidade pública ou filantrópicas possuírem uma condição especial em relação a isenções, imunidade, taxas, impostos.

Tabela 3 - Distribuição do Valor Adicionado – Entidades sem fins Lucrativos de Assistência Social de Blumenau – 2009

Entidade	Valor adicionado distribuir	%	Remuneração trabalho atividades	%	Financiad.	%	Governo	%	Doações	%	Despesas atividades Filantrópicas	%	Bolsa de estudo	%	Provisões para IR e CS	%	Superavit Déficit Exercício	%
1	1.320.914,47	100,00	839.665,47	63,57	2.965,83	0,22	4.976,81	0,38	0,00	0,00	0,00	0,00	325.514,50	24,64	0,00	0,00	147.881,96	11,20
2	168.730,82	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	224.134,98	132,84	0,00	0,00	0,00	0,00	-55.404,16	-32,84
3	553.796,97	100,00	287.828,98	51,97	2.777,70	0,50	31.708,31	5,73	0,00	0,00	198.485,11	35,84	0,00	0,00	0,00	0,00	32.996,87	5,96
4	1.605.838,00	100,00	1.530.634,00	95,32	13.022,00	0,81	4.852,00	0,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.734,00	0,29	52.596,07	3,28
5	918.806,06	100,00	870.963,29	94,79	2.785,88	0,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.056,89	4,90
6	9.009,87	100,00	0,00	0,00	2.276,09	25,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.733,78	74,74
7	499.394,54	100,00	372.246,87	74,54	43.498,40	8,71	1.599,89	0,32	0,00	0,00	100.212,47	20,07	0,00	0,00	0,00	0,00	-18.163,09	-3,64
8	3.201.205,03	100,00	1.920.291,88	59,99	10.121,26	0,32	42.072,00	1,31	44.638,70	1,39	1.086.483,34	33,94	32.530,86	1,02	0,00	0,00	65.066,97	2,03
9	593.937,40	100,00	345.512,29	58,17	4.201,02	0,71	62,65	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	244.161,44	41,11
10	262.419,54	100,00	242.580,59	92,44	1.630,08	0,62	2.221,94	0,85	0,00	0,00	0,00	0,00	934,50	0,36	0,00	0,00	15.052,43	5,74
11	-18.344,30	100,00	0,00	0,00	2.794,27	-15,23	45,50	-0,25	0,00	0,00	28.910,10	-157,60	0,00	0,00	0,00	0,00	-50.094,17	-273,08
12	675.570,71	100,00	421.664,39	62,42	3.100,14	0,46	767,62	0,11	4.509,41	0,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	245.529,15	36,34
13	837.898,92	100,00	321.892,29	38,42	19.592,10	2,34	1.414,90	0,17	189.672,72	22,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	305.327,00	36,44
14	4.276.560,55	100,00	3.271.209,78	76,49	768.496,75	17,97	14.632,20	0,34	2.000,00	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220.221,82	5,15
15	234.161,60	100,00	214.147,01	91,45	1.501,94	0,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.512,05	7,91
16	698.453,60	100,00	542.477,41	77,67	5.320,65	0,76	2.661,94	0,38	0,00	0,00	0,00	0,00	15.762,62	2,26	0,00	0,00	132.230,98	18,93
17	26.101.581,23	100,00	12.813.045,03	49,09	817.390,25	3,13	1.906,94	0,01	0,00	0,00	8.842.213,70	33,88	0,00	0,00	2.221.918,86	8,51	405.133,45	1,55
18	11.466,18	100,00	0,00	0,00	1.559,21	13,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.906,97	86,40
19	37.695.855,00	100,00	21.243.404,00	56,35	1.804.077,00	4,79	39.548,00	0,10	177.460,00	0,47	14.392.618,00	38,18	0,00	0,00	0,00	0,00	38.748,00	0,10
Média	4.191.960,85		2.380.924,54	54,87	237.209,50	3,67	7.814,25	0,51	22.014,78	1,33	1.309.108,30	7,22	19.723,29	1,49	117.192,26	0,46	97.973,91	30,44

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto às despesas em atividades filantrópicas, observa-se que 63% das entidades não distribuíram recursos. Por outro lado, 37% das entidades distribuíram mais de 20% dos recursos em atividades filantrópicas. Vale ressaltar que a principal remuneração destinada a empregados sinaliza que os recursos podem estar sendo aplicados nas atividades necessárias para a prestação de serviços de assistência social.

Por fim, percebe-se que das entidades pesquisadas, 16% encerraram o exercício social

com *déficit*. Em contra partida, 84% das entidades obtiveram ao final do exercício um *superávit* financeiro em suas atividades. Yoshioka (1998) salienta que o *superávit* obtido no exercício e demonstrado na DVA das entidades do terceiro setor, deve ser entendido como o valor adicionado a ser usado pela entidade na execução de seus projetos em períodos futuros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou ser um passo na busca da transparência das informações econômicas e sociais das entidades sem fins lucrativos. Além de demonstrar de forma objetiva como as entidades distribuem a riqueza gerada, é possível sugerir às ESFLs outras formas de geração de riqueza que não sejam as provenientes de transferência, como se observou em 53% das entidades pesquisadas.

O objetivo principal deste estudo foi verificar de que forma a riqueza é gerada e distribuída pelas ESFLs que estão inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social na cidade de Blumenau, respondendo à pergunta da pesquisa: Como é gerada e distribuída a riqueza pelas ESFLs ligadas a atividades de assistência social localizadas na cidade de Blumenau?

A análise dos dados do estudo trouxe as seguintes considerações: a) a maioria das entidades sem fins lucrativos dependem de recursos provenientes de subvenções sociais, convênios e doações para manutenção de suas atividades. b) ficou evidente que o valor adicionado a distribuir pelas entidades representa, em média, mais de 50% da sua receita total. c) que na maioria das entidades a maior fatia da distribuição foi direcionada à remuneração dos trabalhadores e d) um baixo percentual de distribuição da riqueza aos financiadores e ao governo.

Verifica-se que 63% das entidades estudadas não distribuíram recursos para as atividades de filantropia. Em contrapartida, 37% das entidades apresentaram gastos elevados relacionados à manutenção da filantropia. Desta forma, os altos gastos com filantropia podem ser justificados pela legislação, onde determina que as entidades filantrópicas devam provar em seus registros todos os gastos com a manutenção da filantropia.

De maneira geral, a maioria das ESFLs pesquisadas apresentaram um percentual de retenção próprio muito baixo. Isto se justifica pelo fato de as entidades não visarem lucros, pois

seus objetivos estão relacionados muito mais às atividades de atendimento social. A maior parte da receita das entidades sem fins lucrativos provem de subvenções, convênios e doações e a maioria apresentou um *superávit* ao final do exercício social.

Sugere-se para pesquisas futuras, um trabalho específico nas entidades que precisam comprovar despesas com filantropia, a fim de manterem seus certificados de isenção.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. C. C. **Terceiro setor: história e gestão de organizações**. São Paulo: Summus, 2006.

AQUINO, W.; SANTANA, A. C. **Evidenciação**. Caderno de Estudos, São Paulo: FIECAFI, n. 5, jun. 1992.

BETTIOL JÚNIOR, A. **Formação e destinação do resultado em entidades do terceiro setor: um estudo de caso**. São Paulo, 2005. 116 f. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BLUMENAU. Secretaria de Assistência Social. 2011. Disponível em: <<http://www.blumenau.sc.gov.br/gxpsites/hgxpp001.aspx?1,6,513,O,P,0,MNU;E;89;11;173;9;MNU>>. Acesso em: 18 maio 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Lei nº 11.638/2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 07 maio 2011.

_____. Ministério da Justiça, 2011. Disponível em <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=>

{AFE5E30D-EE44-4EC7-B535-10F6F53FC483}>. Acesso em: 20 maio 2011.

CARROLL, A. B. A three - dimensional conceptual model of corporate performance. **Academy of Management Review**, v. 4, p. 497-505, 1979.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social**. Brasília: CFC, 2004.

COELHO, S. C. T. **Terceiro setor**: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2002.

COSENZA, J. P. A Eficácia Informativa da Demonstração do Valor Adicionado. **Revista Contabilidade & Finanças**, Ano 14, Edição Comemorativa. 2003.

CONSENZA, J. P.; KROETZ, C. E. S. Considerações sobre a eficácia do Valor Adicionado para a mensuração do Resultado Econômico e Social. In: CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 9., 2003. **Anais...** 2003.

CPC. Comitê de Procedimentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico CPC 09**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 12 maio 2011.

CUNHA, J. V. A. Demonstração **Contábil do Valor Adicionado – DVA – Um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza das empresas para os funcionários**. São Paulo, 2002. 207 f. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CVM. Comissão de Valores Mobiliários. Parecer de orientação nº 24, de 15 de janeiro de 1992. 18p.

CVM - Comissão de Valores Mobiliários. **Recomendações da CVM sobre Governança Corporativa**. 2002. Disponível em: <<http://www.ecgi.org/codes/documents/cartilha.pdf>> Acesso em: 01 mar. 2011.

DRUCKER, P. **Administração de organizações sem fins lucrativos**: princípios e práticas. São Paulo: Thompson Learning, 1994.

FERRAREZI, E. El nuevo marco legal del Tercer Setor em Brasil. **Revista del CLAD Reforma y Democracia**, n. 20, Venezuela, Junho de 2001.

FISCHER, R. M. **O desafio da colaboração**: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor. São Paulo: Gente, 2002.

FREGONESI, M. S. F. A. **Investimentos socioambientais na demonstração do valor adicionado**: formação ou distribuição do valor adicionado? Tese (Doutorado) São Paulo, 2009.

GAA, J. C. Corporate Governance and the responsibility of the board of director for strategic financial reporting. **Journal of Business Ethics**, n. 90, p. 179-197, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

HUDSON, M. **Administrando organizações do terceiro setor**. São Paulo: Makron Books, 1999.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: aplicável também as demais sociedades. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Disponível em <www.ibase.org.br>. Acesso em: 16 jun. 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCOVITCH, J. Da exclusão à coesão social: profissionalização do terceiro setor. In: BERG, E. (Org.). **IOS-CHPE**. 3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado. Rio de Janeiro: Gife/Paz e Terra, 1997.

MAZZIONI, S. **Delineamento de um modelo de Balanço Social para uma fundação**

- universitária**. 2005. 193 f. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, 2005.
- NUNES, A. **Terceiro setor: controle e fiscalização**. 2 ed. São Paulo: Método, 2006.
- OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos** (Terceiro Setor). 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- OLIVEIRA, G. J. Direito do Terceiro Setor. **Revista de Direito do Terceiro Setor – RDTS**, Belo Horizonte, ano 1, n. 1, jan./jun. 2007.
- OLIVEIRA, K. X. As vantagens e desvantagens da accountability para a captação de recursos financeiros em organizações do terceiro setor do Espírito Santo. In: **Terceiro Setor: Reflexão sobre a sustentabilidade das ONG's**. Vitória, GNA, 2007.
- PROCIANOY, J. L.; ROCHA, C. F. P. Disclosure das Cias Abertas: um estudo Exploratório do Departamento de Relações com Investidores. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, Recife, v. 2, n. 3, p. 169-182, 2004
- QUINTEIRO, L. G. L. A relação entre a evidenciação de informações contábeis e a volatilidade dos retornos das ações no Brasil. In: CLADEA, 39., 2004, República Dominicana. **Anais...** República Dominicana: CLADEA, 2004. CD-ROM.
- RESENDE, T. A. **Roteiro do terceiro setor: Associações e fundações**. Belo Horizonte: Prax, 2006.
- SANTOS, D. P.; DEODORO, P. A.; PAULA, H. C.; COLAUTO, R. D. Demonstração de valor adicionado: Aplicação em uma instituição do terceiro setor de Minas Gerais. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v. 27, n. 3, p. 45-56, 2008.
- SANTOS, A. **Demonstração do valor adicionado**. São Paulo: Atlas, 2003.
- SALAMON, L. M. **Defining the nonprofit sector – a cross-national analysis**. Manchester: Manchester University Press, 1997.
- SALAMON, L. M. A emergência do terceiro setor – uma revolução associativa global. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 5-11, 1998.
- TINOCO, J. E. P. **Balanço social: uma abordagem sócio-econômica da Contabilidade**. 1984. 111 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.
- VASCONCELOS, Y. L.; VIANA, A. L. Evidenciação: forma e qualidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, ano XXXI, n. 134, 2002.
- YOSHIOKA, R. Valor Adicionado – alguns conceitos econômicos que ajudam a entender a demonstração contábil. **Temática Contábil. Boletim IOB 8/98**. São Paulo: IOB. 1998.

Endereço dos Autores:

Rua Dorval Luz, 123
Santa Terezinha
Brusque – Santa Catarina – Brasil
88352-400